

KOUADIO, N'dri, 2001 – «Recherche sur l'exercice du pouvoir local en Côte-d'Ivoire», Centre africain de formation et de recherche administrative pour le développement, Tanger.

NACK MBACK, C., 2000 – «La chefferie traditionnelle au Cameroun: ambiguïtés juridiques et dérives politiques», in *Africa development*, vol XXV, n.º 3 et 4.

OUMAR N'DIAYE, R., 2003 – «De l'administratif au politique: autorités traditionnelles et pouvoir colonial français en Mauritanie», in *MASADIR (Cahiers des Sources de l'histoire de la Mauritanie)*, n.º 3.

SOULEYMAN, Abba, 1990 – «La chefferie traditionnelle en question», in *Politique africaine*, n.º 38.

SURET-CANALE, J., 1966 – «La fin de la chefferie en Guinée», in *Journal of African History*, vol. VII.

Mémoires

BACHIROU Mohammadou, 1998 – «Les interprètes sous la période coloniale française dans la région Nord Cameroun (1915-1960)», Mémoire de Maîtrise d'Histoire, Université de Ngaoundéré.

PAHIMI, P., 2002 – «Conflits politiques centre-périphérie dans le canton e Boboyo 1924-1999: cas de Goudjouing, Kassilé et Gadas», Rapport de Licence en Histoire, Université de Ngaoundéré.

PAYANG, S., 1978 – L'organisation des pouvoirs politiques au sein des sociétés traditionnelles, l'exemple de la tribu Moundang (Kaélé, Nord-Cameroun), Mémoire de Licence en Droit public, Université de Yaoundé.

Identidade cabo-verdiana face aos desafios da diáspora*

Carlos Lopes**

p. 247-253

Uma descrição rápida sobre a identidade do cabo-verdiano começa pelo seu elo ao território: *um arquipélago atlântico que não era habitado até à chegada dos portugueses, no século XV, e que foi usado como plataforma para o comércio de escravos; dessa génese veio a mestiçagem que caracteriza a cultura crioula, diferente do tipo humano europeu ou africano.*

Esta narrativa, que substitui o mito fundador que serve de fundamento à existência de qualquer nação, é confortada por outros traços distintivos do lugar; como, por exemplo, o facto da expansão da igreja católica no continente africano se ter iniciado nas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, ou nelas encontrarmos traços da primeira aglomeração urbana de origem europeia, a Cidade Velha, hoje elevada à categoria de património cultural da humanidade pela Unesco.

Será, no entanto, assim tão pacífica esta descrição? Poderá esta ser suficiente para caracterizar um percurso identitário que se clama *sui generis*, associado a este extremo pedaço ocidental do território de África? Estas duas perguntas básicas merecem ser contextualizadas e respondidas. Fá-lo-ei com os olhos voltados para um futuro que se avizinha com níveis de complexidade identitária inéditos e até, de certa forma, dantescos.

As características do povoamento das ilhas explicam porque desde cedo os seus habitantes tenham sido assaltados pela necessidade de definirem o que eram. Normalmente esse processo é intrínseco à ligação longínqua e originária ao território, mas em Cabo Verde todos vieram do além e todos acabaram por forjar uma existência terceira em relação às suas terras ou culturas de origem. Este longo processo de conexão com o território foi, certamente, mais emotivo que racional, mais vivido do que analisado, pela grande maioria dos imigrados, vindos nomeadamente da costa ocidental africana e das terras mais a norte. Era difícil de imaginar, por exemplo, que Cabo Verde manteria o seu carácter de centro de migrações em direções tanto centrífugas quanto centrípetas: colonizadores; escravos para as ilhas; escravos das ilhas para as Américas; depois trabalhadores forçados para outras partes de África; formação e dispersão de habitantes do arquipélago como funcionários coloniais para

* Este texto foi escrito em forma de apresentação oral para a abertura do V Congresso dos Quadros Cabo-verdianos da Diáspora, que se realizou na cidade do Mindelo, em S. Vicente, em Maio de 2011. A abertura contou com a presença do Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires.

** Instituto das Nações Unidas para a Formação e Pesquisa (UNITAR).

outros destinos; emigração económica importante para as Américas e Europa a partir do século XX; e, finalmente, imigração oeste-africana para as ilhas nas últimas décadas. Um redemoinho de fluxos que influenciaram várias leituras identitárias e várias formas de expressão cultural diaspórica. Cabo Verde é um receptor-transmissor de visões diaspóricas.

O filósofo grego Tucídides, no seu livro sobre a guerra do Peloponeso narrou a destruição da cidade de Angina, que obrigou à fuga, colapso e partida em várias direções da população¹. Cunhou esse processo com a designação de diáspora, que tal como muitas outras palavras que usamos, nos provêm da cultura helénica. A dimensão traumática associada à palavra diáspora pela forma como foi cunhada por Tucídides parece ter ficado estampada no subconsciente humano. Quer se fale dos Irlandeses, dos Arménios, Curdos, dos povos da Ásia Central ou dos Judeus a ideia de que as diásporas sofrem perpassa a História Universal. Não é, pois, de admirar que uma boa parte da narrativa cabo-verdiana seja marcada por esta matriz primeira, que interliga vários fluxos de circulação das suas gentes com sofrimento e trauma. O desejo de retornar à terra mãe acaba por se confrontar com a construção de uma nova realidade pragmática de reconstrução da perda original: o drama da dispersão e da alienação.

As primeiras manifestações identitárias

A partir do século XIX a competição europeia pela África intensificou-se de tal forma que se tornou indispensável estabelecer os parâmetros da presença efectiva. A era de se proclamar pertença, na base de bulas papais ou controle pirata dos mares, começou a ser substituída por verdadeira presença física na terra firme, logo seguida de verificável controlo territorial. Sem dúvida a Conferência de Berlim, de 1884 a 1885, para negociar a posse da bacia do Congo, serviu de catalisador para este novo ciclo, mas a pressão política e militar começou bem antes.

Um grupo de personalidades advoga nas ilhas, desde 1822, a desanexão de Cabo Verde de Portugal e a sua vinculação ao Brasil, com o argumento de uma proximidade cultural e uma necessidade de agilização dos intercâmbios com um território em desenvolvimento². O poder central de Lisboa não se incomodou e antes reforçou a presença administrativa no arquipélago. Este primeiro petardo autonomista provinha de pessoas cultas e do sistema e arranjos locais que, embora sendo maioritariamente de origem europeia, queria, no entanto, mais espaço para crescer. O fruto autonomista estava, desde logo, plantado e pouco a pouco os letrados, nascidos ou com vivência nas ilhas, transformaram-se em movimentos dos filhos da terra e dos brancos da terra. Começaram a proliferar várias relações binárias entre os de cá e os de lá, entre os defensores da terra e os passantes, entre os civilizados e os indígenas e, entre os metropolitanos e os “cabo-verdianos”.

Paradoxalmente, os princípios acordados em Berlim – sobre a necessidade de garantir uma ocupação efectiva dos territórios – vão contribuir para construir uma justificação da excepção cabo-verdiana. Portugal passa a formar agentes nas ilhas, para parti-

cipar nas guerras no continente africano, nomeadamente na costa de Guiné, a fim de assegurar um controlo das populações: são as chamadas campanhas de “pacificação”. Esse papel protagonizado por gentes das ilhas, segundo os letrados da terra, demonstra que os ilhéus eram portadores de uma civilidade que ajudava a metrópole na sua tarefa colonizadora. Reivindicavam essa marca de alteridade dos cabo-verdianos em relação aos habitantes do resto do continente.

O acesso facilitado à instrução e ensino dos cabo-verdianos aumentavam as expectativas de uma maior integração ao sistema do colonizador. A criação do Seminário de São Nicolau em 1869, pareceu confirmar um papel distinto para os filhos da terra. Alguns privilegiados acediam aos valores clássicos ocidentais e passaram também a receber o seu reconhecimento oficial pela instrução e não mais pela via da paternidade: cidadania advinda de ter diploma e não porque o mestiço, de pai branco, era reconhecido em cartório.

Claro que estamos a falar de uma pequeníssima elite local. Mas as elites são as donas do discurso histórico. As vozes dos outros, sobretudo se restringidas à oralidade, contam pouco. A identidade específica desta elite esteve, assim, na base da construção do primeiro discurso identitário cabo-verdiano. Um discurso que começa com uma luta pelo seu reconhecimento pela metrópole. Exigiam uma cidadania plena, equiparável em direitos e obrigações aos europeus. A proclamação da República em Portugal, em 1910, traz, no entanto, más notícias: em vez de uma integração é antes revogada a cidadania automática, mesmo aos instruídos, obrigando estes a lutar por uma autonomia que os diferenciava das outras colónias. Isto só poderia ser justificado silenciando as manifestações de uma cultura tipicamente africana. Os instruídos vão manifestar a sua alteridade não mais pela reclamação da filiação mas pela construção identitária própria: somos diferentes porque num patamar mais próximo dos valores e culturas superiores. A luta pela posse da terra, por exemplo, é transformada num exemplo da vontade dos filhos da terra de possuírem valores parecidos com as reivindicações liberais de transformação ocorrendo na Europa. A lealdade ao senhor e ao pai do mestiço passa para a lealdade pátria.

Estas correntes nativistas eram influenciadas por movimentos semelhantes no grande Brasil, que o iluminado Pedro Cardoso, o expoente intelectual da época no território, descrevia em 1932, como “exuberante de seiva e cachoante de sonhos, maravilha de força, esplendor e glória”³. Estes movimentos vão, entretanto, conduzir, por falta de eco, a uma canalização cada vez maior das energias para o contraponto da mátria, ou terra de origem, distinto da pátria almejada, mas distante. Eugénio Tavares é a figura proeminente desta visão do cabo-verdiano, mais próxima da sua verdadeira territorialidade.

O nascimento do Estado Novo fascista em Portugal, sob a liderança de Salazar, vai provocar uma série de mudanças na relação colonial. Acossado em várias frentes internacionais, a ideologia do Estado Novo vai manipular os anseios de integração dos nativistas e regionalistas e, transformá-los, pouco a pouco, numa ideologia patriótica. A ideologia da pluri-continentalidade de Portugal, definiu uma hierarquização das formas de integração à cidadania, baseada na promoção de uma nova categoria de cidadãos próximos dos valores europeus, os chamados “assimilados”. Esta ideologia

¹ Tucídides, História da Guerra do Peloponeso, WHF Martins Fontes, São Paulo, 2008.

² Ver nomeadamente George Brooks, *Western Africa and Cape Verde 1790s-1830s*, AuthorHouse, 2010, Elisa Andrade, *As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à independência nacional (1460-1975)*, L'Harmattan, 1996; António Correia e Silva, *Combates pela História, Spleen*, 2003.

³ Alfredo Margarido, *Estudos sobre literatura das nações africanas de língua portuguesa, Regra do Jogo*, 1980.

respondia como uma luva aos anseios dos letrados cabo-verdianos. Estes passavam a ser reconhecidos pelo centro como diferentes, agentes de um desejo de aumentar as hostes de assimilados, graças à sua capacidade para as tarefas necessárias à assimilação dos africanos.

Aparece também uma proximidade ao Brasil, até para servir na explicação de um suposto excepcionalismo português, que teria criado um colonialismo diferente. A cordialidade brasileira passa a ser reinterpretada pelas mesmas formas indolentes que explicariam a morabeza⁴, a abertura superior ao elemento externo. “O mundo que o português criou” do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre⁵ segue a mesma linha de argumentação dos chamados Claridosos, em referência à mais famosa revista literária de Cabo Verde, *Claridade*⁶. Estes são os protagonistas, sobretudo Baltasar Lopes, de um regionalismo que aceita as diferenças com a metrópole numa base de subalternidade para com ela, mas de superioridade para com as outras colónias, “verdadeiramente” africanas. Através da escrita e da cultura erudita os claridosos querem mostrar uma realidade que apaga tanto quanto possível os contornos africanos, como se se tratasse de uma “aristocratização do mulato” e da cultura crioula, como se fossem de uma cultura intermédia. É o modelo da criouldade caribenha que promove a enorme capacidade das sociedades mestiças em englobar e transformar as importações culturais de outros lugares. Este movimento, que se deve designar de regionalista, vai ser um importante trunfo para o Estado Novo demonstrar que os movimentos independentistas que assolam o continente não têm lugar no arquipélago, até pelas características ímpares das suas gentes.

Os independentistas chegam a Cabo Verde pela efervescência de um outro grupo de intelectuais à volta da Casa dos Estudantes do Império, fundada nos anos 50 em Lisboa. Os independentistas são liderados por Amílcar Cabral, nacionalista africano que se tornou referência intelectual nas lutas dos povos das colónias portuguesas⁷. São movimentos herdeiros de uma tradição proto-nacionalista de ruptura parcial, que se radicalizaram. Reconhecem que a verdadeira natureza da condição colonial é socioeconómica e o principal elo de ligação a exploração. Trata-se de uma outra forma de relacionamento com o colonizador: ela é confrontacionista, revolucionária e africanista. Em contraponto aos processos identitários anteriores ela vai ao ponto de querer ligar Cabo Verde à matriz africana até na dimensão política e territorial. Assim se explica o projecto de “Unidade Guiné-Cabo Verde”, concebido pelo movimento independentista, PAIGC⁸, liderado por Cabral. O pêndulo tocava o outro extremo com este grupo em grande parte oriundo das franjas do funcionalismo público colonial.

A geração de Cabral iniciou um processo que apelidou de “retorno às origens e africanização dos espíritos”⁹. Um processo perfeitamente integrado nos movimentos pan-africanistas da época, mas afastado da tradição intelectual dos letrados cabo-verdianos. Podia-se desta feita imaginar que a luta entre membros da elite das ilhas estava destinada a ser acérrima, juntando mais uma correia à longa cadeia de

definições identitárias do arquipélago. Entre a visão racial da mestiçagem, de alguns grandes nomes da literatura, como Teixeira de Sousa, e a proclamação da luta de libertação como acto de cultura, no enunciado de Amílcar Cabral, vai uma distância enorme que, ainda hoje, é fruto de intenso debate.

Poucos países africanos tiveram uma preponderância tão grande da produção literária e cultural das elites na formação dos debates identitários. A ausência de grandes proprietários, já que os morgados cedo entraram em decadência, e de outros veículos de afirmação de poder, acantonou a influência das elites cabo-verdianas às manifestações de erudição. Esta brecha foi ainda mais efectiva pela ausência de competidores intelectuais europeus no espaço local, já que Cabo Verde nunca foi se quer colónia de povoamento, dadas as suas exiguidades materiais e físicas.

As novas manifestações identitárias

Reconhecer o sucesso de Cabo Verde na construção do Estado independente tornou-se num lugar-comum. Desde 1975, ano da independência reconhecida por Portugal, sucessivas transformações do xadrez político nacional não alteraram a eficácia crescente do quadro burocrático, o crescimento económico, a redução da pobreza, o aumento da qualidade de vida e das oportunidades, o papel crescente da educação na qualificação dos cidadãos e a destreza na condução da política externa. Estas vitórias de Cabo Verde consubstanciam-se nos vários indicadores de progresso que vão do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, passando pelos medidores sobre governabilidade, até ao ambiente de negócios e inserção das novas tecnologias. Cabo Verde é hoje um país cuja viabilidade não é contestada nem contestável, que pode ambicionar relações privilegiadas e únicas com os arquipélagos vizinhos da Macaronésia (Açores, Madeira e Canárias), graças aos quais mantém um estatuto de Estado associado, também único, com a União Europeia. Estes feitos não alteraram a relação próxima com os vizinhos africanos, nomeadamente da CEDEAO¹⁰, nem tão pouco impediram uma aproximação crescente ao Brasil, país que acolhe o maior número de estudantes universitários cabo-verdianos formados e em formação no exterior. Uma diplomacia descomplexada e pouco ideológica têm sido benéficas para o país, que depende em mais de 10% do seu Produto Nacional Bruto das remessas provenientes da sua enorme comunidade emigrante.

Caso raro de sucesso rápido Cabo Verde é um, de apenas dois países, a ter conseguido sair da categoria da ONU de “menos avançado”, nos últimos 30 anos (o outro é o Botsuana). A partir de 2013 deixa mesmo de poder beneficiar de empréstimos concessionais pelas instituições financeiras internacionais, por ter “graduado” para uma economia intermédia em termos de indicadores macro-económicos, testemunho da sua performance excepcional. Embora o quadro institucional do país seja estável, e a segurança dos cidadãos garantida, Cabo Verde vive num permanente clima de tensão política. Esse facto é influenciado por leituras que têm pontes com os debates identitários. Curiosamente, essa tensão, têm incidências na qualidade da democracia. Os debates nem sempre são construtivos e prepositivos, apesar das limitadas diferenças de programa dos protagonistas. O incessante recurso à discussão legal, e o uso do

⁴ Expressão da cordialidade e hospitalidade cabo-verdiana.

⁵ Gilberto Freyre, *O Mundo que o português criou*, E Realizações, 2010 (original de 1933).

⁶ Margarido, *idem*. Ver a íntegra dos fac-símile da revista publicados em Manuel Ferreira, *Claridade*, ALAC, 1986.

⁷ Carlos Lopes, *Africa's Contemporary Challenges: the legacy of Amílcar Cabral*, Routledge, 2011.

⁸ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, movimento nacionalista que leva a Guiné e Cabo Verde à independência com reconhecimento da potência colonial.

⁹ Lopes, *idem*.

¹⁰ Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, com sede em Abuja.

direito, denuncia uma história marcada pela funcionalidade administrativa atribuída pelo colonizador aos instruídos cabo-verdianos. A instrumentalização da cultura, pelos influentes, ou seja a nova elite, é o veículo para afirmar uma certa visão identitária. Um subsídio a determinada manifestação cultural ou artista pode servir para interpretar uma preponderância para determinada expressão identitária. O debate é muitas vezes provinciano e reductionista. Neste contexto o papel da diáspora assume uma importância fundamental.

Identidade e Diáspora cabo-verdiana

O termo diáspora pode ser utilizado para definir afinidades, mas também co-responsabilidades de natureza transfronteiriça, às vezes mesmo transnacional. Numa época onde as conexões de natureza virtual se multiplicam, a ligação ao espaço territorial não desaparece, mas pode ser remota e simbólica. As diásporas precisam de substitutos mais pragmáticos, para a ausência quotidiana do vínculo territorial. Isso consegue-se, no caso de Cabo Verde, pela língua, o crioulo, a música, e outras manifestações da cultura popular, como por exemplo a gastronomia. Qualquer uma destas ligações são desterritorializadas e podem ter um protagonismo no ciberespaço. Mas o ciberespaço oferece muitas outras oportunidades. Ele permite o acesso fácil às notícias, a proliferação das redes sociais, o intercâmbio das produções culturais do conjunto dos cabo-verdianos no mundo, a criação de circuitos de partilha familiar, por lugar ou ilha, ou outros agrupamentos de interesse, transferência simplificada de recursos e, claro está, activismo político.

As ferramentas para melhor utilizar o ciberespaço são mais conhecidas ou utilizadas pelos jovens, democratizando o acesso ao protagonismo junto de uma população maioritariamente jovem. Ao introduzir este elemento geracional o ciberespaço muda também as formas de relacionamento informalizando-as; e criando uma abertura ao novo e a tudo o que é cultura global moderna. Difícil para o arquipélago fechar-se às influências ou reivindicar, a *contrario*, uma diferença de outros, apenas por ser tão aberto. O exame da contribuição dos emigrantes para a vida pública ocupa já um terreno político importante em Cabo Verde. Não se limita mais à questão das remessas do primo ausente, nem à contribuição iluminada da personalidade vedeta que está lá fora, no entanto, no subconsciente das novas elites estabelece-se muitas vezes uma diferença entre emigrantes e diáspora, sendo os primeiros a massa e os segundos os instruídos. Mesmo esta diferenciação não se sustentando teoricamente a verdadeira polémica por detrás destas categorizações denuncia uma discussão identitária.

O mundo vive um fenómeno de mobilidade física das pessoas, sem precedentes. Apesar dos conhecidos limites à circulação de muitos a emigração nunca foi tão forte como na actualidade. Os cabo-verdianos são obrigados a adaptar-se às regras impostas em função de uma tendência que precederam, mas que os afecta e os classifica numa nova maré de circulação. Esta pressão contribuiu para novas formas de relacionamento e de afirmação identitária. Por exemplo fica cada vez mais difícil a inserção nos países de acolhimento sem a aquisição de estatutos de residente ou naturalizações. É impossível imaginar o sucesso dos emigrantes sem aprenderem a língua dos países hóspedes. Não se pode conceber a escolarização dos filhos numa relação com o arquipélago, etc. Resta pois encontrar formas de identificação que reforcem os laços

identitários. Isto faz-se de forma espontânea e os cabo-verdianos têm conseguido tirar partido das oportunidades oferecidas pela mobilidade reforçada e o ciberespaço. A música cabo-verdiana globalizou-se graças à diáspora. O turismo europeu descobriu Cabo Verde, como terra de sol e areia, mas também de tradições culturais. Os cabo-verdianos têm cada vez mais representantes de altíssimo valor profissional e intelectual inseridos nos países de acolhimento, mas sem ter de renegar e até muitas vezes se orgulhando das suas origens.

Por todas estas razões de sucesso os cabo-verdianos deveriam sentir a sua identidade como óbvia, consagrada e de fácil interpretação. Raramente um cabo-verdiano da diáspora mostra rejeição à sua terra e à sua cultura. Mas o dilema é outro. No espaço territorial original os dramas do passado glorificam ou vilificam uma visão da identidade mais próxima da Europa e Portugal, ou mais atrelada à raiz africana. Este debate é quente e divisor, porque opaco e ofusco.

A atitude da população perante uma nova vaga de imigração, proveniente da costa ocidental africana, suscita acérrimas discussões no país sobre se isso vai ou não alterar a especificidade cabo verdiana. Os novos emigrantes são algumas vezes caracterizados em tom depreciativo de “manjacos”, nome de uma etnia da Guiné-Bissau com tradições de migração próximas às dos cabo-verdianos. Na realidade os verdadeiros manjacos são muitas vezes linguística e culturalmente mais próximos das tradições da Ilha de Santiago, a mais populosa e menos mestiça do arquipélago, do que se aceita ou até se imagina.

A identidade define-se pela diferença e pela generalização. Diferença em relação a outros e características comuns entre os que a reconhecem. Nesta perspectiva não há identidade sem alteridade. Mas, como nos lembra o prémio Nobel de economia Amartya Sen¹¹, trata-se fundamentalmente de escolhas, que são conscientes. Pertencer a uma comunidade é algo de intrinsecamente positivo, mas também pode determinar afastar-se de outros. As diásporas aprendem a conviver com este dilema e graças aos novos instrumentos de mobilidade e inserção vão construindo múltiplas identidades. A localidade original, por seu turno, é penetrada por estas novas formas de estar e sentir a identidade, criando relacionamentos com as suas diásporas que podem ser simultaneamente distantes e profundos.

Se alguma conclusão se pode tirar da ambiguidade do debate identitário é de que as culturas interagem e, por isso, elas se alteram continuamente. As identidades seguem esse mesmo caminho, passo a passo. A velocidade na circulação da informação, o nosso acesso constante ao que se passa nos lugares mais diversos do mundo (até em Cabo Verde, claro, pois mais de metade da população tem telefone e mais de 30% acede à internet), promove uma identidade híbrida, complexa, evolutiva, no tempo de cada indivíduo, à qual todos temos de nos adaptar.

As lutas pela definição da identidade cabo-verdiana não vão terminar tão cedo, porque o novo mundo globalizado expõe e complica duas características extraordinárias do povo das ilhas: a sua perseverança na adversidade, e a sua abertura ao mundo.

O Peloponeso cabo-verdiano afinal de contas não foi a destruição de uma cidade, mas antes vencer as dificuldades do meio físico e natural, nomeadamente pela diáspora. Uma história de sofrimento que forjou a sua identidade.

¹¹ Amartya Sen, *Identity and Violence: the illusion of destiny*, W. W. Norton, 2006.